

Contribuições do componente curricular extensão rural na formação do Técnico em Agropecuária

Contributions of the curricular component rural extension in the formation of the Technician in Agriculture and cattle ranching

Monica Nardini da Silva
Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
Jaguarão – Brasil
Roberta Pasqualli
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC)
Chapecó – Brasil
Josimar de Aparecido Vieira
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)
Sertão - Brasil

Resumo

O componente curricular Extensão Rural presente na formação do Técnico em Agropecuária (TA) deve contemplar conceitos e práticas voltados para aspectos sociais, ambientais e tecnológicos. Neste estudo são analisadas percepções de estudantes sobre contribuições do citado componente curricular na formação do TA. Trata-se de uma pesquisa do tipo descritiva com dimensão exploratória e seguiu uma abordagem qualitativa. Foi produzido por meio de pesquisa bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo, envolvendo nove estudantes de um curso TA oferecido por uma escola pública da região sul do Brasil que responderam um questionário com questões abertas. Os resultados indicam que a formação do TA demanda, além de uma maior relação entre teoria e prática, uma releitura sobre a organização do ensino, que permita a rever o papel do extensionista rural no processo do desenvolvimento rural.

Palavras-chave: Extensão rural. Técnico em Agropecuária. Educação.

Abstract

The curricular component Rural Extension present in the formation of the Agricultural Technician (AT) should include concepts and practices focused on social, environmental and technological aspects. This study analyzes the perceptions of students about the contributions of this curricular component in the training of the TA. This is a descriptive research with an exploratory dimension and follows a qualitative approach. It was produced by means of bibliographic research, document analysis, and field research, involving nine students from a TA course offered by a public school in the south region of Brazil who answered a questionnaire with open questions. The results indicate that the training of TA demands, in addition to a greater relationship between theory and practice, a rethinking of the organization of teaching, which allows a review of the role of the rural extensionist in the rural development process.

Keywords: Rural Extension. Agricultural Technician. Education.

1.Introdução

A extensão rural é considerada uma atividade importante no desenvolvimento da cadeia produtiva que envolve a agropecuária. Seu propósito é transferir conhecimentos técnicos, científicos e tecnológicos aos agricultores e produtores rurais, com vistas a aumentar a produtividade, melhorar a qualidade dos produtos agrícolas, promover o uso sustentável dos recursos naturais e aumentar a renda no campo. Para tanto, é necessário o trabalho de técnicos que são formados para esta finalidade em cursos de formação profissional voltados para a agropecuária. Dessa forma, a temática “extensão rural” ganha relevância na medida em que é observado, nos cursos Técnico em Agropecuária, o oferecimento deste componente curricular que contempla conceitos e práticas fundamentais na direção de um desenvolvimento rural sustentável.

A presença do componente curricular Extensão Rural na formação do Técnico em Agropecuária tem a finalidade de conhecer os pressupostos, desafios e tendências da extensão rural, tendo em vista uma formação crítica sobre o desenvolvimento do contexto do campo e da sociedade como um todo. Para tanto, deve oportunizar ao estudante o desenvolvimento de saberes necessários para transferir conhecimentos técnicos que são fundamentais no ofício do extensionista, por meio da realização de práticas envolvendo métodos individuais e grupais de comunicação rural e difusão de tecnologias e inovações.

Nesta direção, para compreender as questões que envolvem o componente curricular de Extensão Rural na formação do Técnico em Agropecuária, torna-se necessário inicialmente, compreender o conceito de extensão rural. De acordo com Oliveira *et al.* (2020) a extensão rural é um processo educativo e está direcionada para o desenvolvimento rural sustentável. Durante muito tempo, a formação do Técnico em Agropecuária esteve voltada para a transmissão dos conhecimentos tecnológicos aos agricultores, tendo como objetivo principal a difusão de tecnologias e modelos dependentes de recursos (crédito, insumos) externos. Esse modelo foi predominante desde a criação do serviço de extensão rural no Brasil, na década de 1940 até a década de 1990, quando o modelo praticado até então, passou a ser questionado como instrumento de desenvolvimento rural (CALDAS, ANJOS, 2021). Na década de 1990, iniciaram as discussões sobre um novo modelo de extensão rural, voltado aos aspectos que englobam a complexa realidade rural do país e uma metodologia participativa.

Outrossim, é preciso compreender que a extensão rural não envolve apenas a

transmissão do conhecimento do técnico ao agricultor, mas sim, uma forma de comunicação, tal como preconiza Freire (1977). Dessa forma, a formação do Técnico em Agropecuária deve pressupor a formação de um profissional que trabalhará questões relacionadas com o contexto do campo, sejam elas ambientais, administrativas, espaciais, tecnológicas ou sociais. O profissional formado precisará estar apto a trabalhar nas diversas áreas que englobam a realidade rural, compreendendo que o trabalho do extensionista envolve aspectos que ultrapassam a assistência técnica (CALDAS, ANJOS, 2021) e, para tanto, a formação desses profissionais precisa levar em conta esses aspectos.

Diante dessas considerações iniciais, o objetivo deste estudo é analisar as percepções dos estudantes sobre as contribuições do componente curricular Extensão Rural para a formação profissional no Curso Técnico em Agropecuária da Escola Municipal de Educação Básica Lauro Ribeiro de Jaguarão, Rio Grande do Sul (RS). Para tanto, está organizado de modo que, além desta introdução, são percorridas outras quatro seções, conforme segue: a primeira aborda o referencial teórico que trata sobre a assistência técnica e a extensão rural, bem como a formação do Técnico em Agropecuária; a segunda descreve os procedimentos metodológicos utilizados; a terceira apresenta os resultados da pesquisa e a quarta e última são apresentadas as considerações finais sobre o estudo. Por fim, na sequência, são relacionadas as referências que foram utilizadas.

2. Extensão rural e assistência técnica

Para se compreender aspectos inerentes ao componente curricular Extensão Rural em um curso técnico (mais especificamente, no caso deste trabalho, no Curso Técnico em Agropecuária da Escola Municipal de Educação Básica Lauro Ribeiro, de Jaguarão, RS) é necessário o aprofundamento teórico de dois conceitos: o de extensão rural e o de assistência técnica. Para tanto, iniciaremos pela compreensão de extensão rural.

De acordo com Peixoto (2008), o conceito de extensão rural perpassa três formas conceituais: como processo, como instituição e como política. Como processo, o conceito de extensão rural está vinculado ao âmbito educativo de comunicação de conhecimentos; como instituição refere-se à prestação e serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) nos Estados da federação; como política, diz respeito às políticas de extensão rural delineadas pelos governos ao longo dos tempos. Neste estudo, o foco está voltado para o primeiro caso, a extensão como processo educativo.

Nesse caso, a extensão rural está conceituada como “[...] um processo educativo de

comunicação de conhecimentos de qualquer natureza, sejam conhecimentos técnicos ou não” (PEIXOTO, 2008, p. 7). Para Santos (2014), não há como compreender um ensino que forme profissionais que atuarão na extensão rural dissociado do contexto teórico e prático da atividade de extensão rural do país.

Historicamente, conforme Caldas e Anjos (2021), a extensão rural (institucionalizada) no Brasil passou por quatro grandes fases: a fase pioneira (1948-1964), na qual surgiram as primeiras experiências e houve a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural do estado de Minas Gerais (ACAR), por meio de um convênio entre o governo brasileiro e os EUA; a fase difusionista-produtivista (1964-1989), que foi o período de incentivo ao crédito voltado para a modernização conservadora da agricultura. Nesse período houve a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), bem como da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER); a crise da extensão rural (1989), nesse período houve a dissolução da EMBRATER; o ressurgimento (1990 em diante), quando se renova o interesse pela Extensão Rural e as políticas de Ater, que se intensificaram em 2003.

No Brasil, durante décadas, a Ater privilegiou o desenvolvimento do agronegócio em detrimento da agricultura familiar (SANTOS, 2014). A partir de 2003, houve a retomada da política nacional da Ater, a qual não recebia atenção do Governo Federal desde o ano de 1990, com a extinção da EMBRATER. Nesse sentido, “[...] houve um reordenamento jurídico-institucional e, junto dele, uma série de desafios na implementação daquilo que vem se chamando de Nova Ater” (SILVA; PINTO; BALEM, 2015, p. 02).

Na esteira de revitalização da Ater, foi institucionalizada a Nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) que coloca em seu cerne a inclusão dos grupos até então excluídos (agricultores familiares, quilombolas, indígenas, extrativistas, assentados, pescadores) dos modelos de desenvolvimento implementados e, também, ações de desenvolvimento sustentável (CALLOU et al., 2008). A intenção principal era substituir o modelo difusionista de transferência de tecnologia que predominava na Extensão Rural por um novo modelo, baseado em metodologias participativas visando o desenvolvimento sustentável (DEPONTI, 2010). Segundo Callou et al. (2008), foi a partir da obra de Paulo Freire “Extensão ou Comunicação?” (FREIRE, 1977) que houve a ruptura do modelo de extensão difusionista e iniciaram as discussões sobre uma nova formação extensionista. Para Freire (1977), nenhum meio ou pessoa física possui o poder de dar voz a alguém, mas de potencializar a voz que já existe. A formação do sujeito crítico é princípio

básico para que uma ação seja considerada de caráter educativo. É necessário abrir mão da definição assistencialista de extensão e trabalhar a partir do diálogo, dando margem para o verdadeiro espírito libertador do conhecer.

Outra perspectiva importante diz respeito à compreensão de que a extensão rural se diferencia conceitualmente da assistência técnica. A assistência técnica não tem caráter educativo, visa resolver problemas, sem capacitar o agricultor, enquanto a extensão rural apresenta caráter educativo. Geralmente as ações de extensão rural abrangem a assistência técnica, mas, nem sempre, a assistência técnica envolve uma ação de extensão rural (PEIXOTO, 2008). A assistência técnica se volta às questões práticas, orientações técnicas voltadas para o campo tecnológico, enquanto a extensão rural envolve aspectos de caráter ambiental, social e espacial (CALDAS; ANJOS, 2021).

O desafio da política de Ater também está na formação dos profissionais, “[...] uma vez que o perfil extensionista formado dentro de um modelo que pauta pela transferência de conhecimento demonstra sinais de esgotamento” (SILVA, PINTO, BALEM, 2015, p. 2). Para esses autores, o componente curricular de Extensão Rural perdeu espaço nos currículos, uma vez que os cursos técnicos continuam sendo construídos sob o paradigma da educação fragmentada, visando a transmissão de soluções tecnológicas e não propiciam uma formação voltada para as dinâmicas sociais (SILVA; PINTO; BALEM, 2015).

Para Santos (2014, p. 53) o componente curricular Extensão rural “[...] vive seu próprio processo de crise”. De acordo com esse autor as discussões sobre a extensão rural fazem parte do campo acadêmico e de pós-graduação, mas há pouca integração dessas pesquisas com o ensino profissionalizante, apesar de ser nesse âmbito que muitos profissionais que trabalham com Ater são formados.

2.1.A formação do Técnico em Agropecuária

Os desafios no processo de formação do Técnico em Agropecuária consistem em repensar os currículos, qualificar o ensino e ampliar a interação com a realidade. Entre os conhecimentos necessários à formação dos profissionais da área de Ciências Agrárias está o componente curricular denominado Extensão Rural. Considerando a prática social como fundamento para o processo ensino-aprendizagem, entende-se que ela deve ser o pilar fundamental do elemento curricular Extensão Rural e, também, a essência de toda a educação profissional (FACCO; DISKA; GUSTAVO, 2021).

Caporal (2009) aponta três limitações na formação dos profissionais que atuam

como extensionistas: a visão fragmentada resultante da divisão curricular predominante no ensino técnico, que faz com que os profissionais egressos não tenham uma compreensão da agricultura como um processo que envolve a relação do homem com o ecossistema em que vive; o foco do estudo, geralmente, não é o agricultor, principal sujeito social envolvido no processo, mas sim, as técnicas, máquinas e insumos; os componentes curriculares com foco no sujeito social e seu meio, tais como a sociologia e a extensão rural, costumam ser tratadas com menor importância dentro dos cursos.

Contrapondo a essa dinâmica formativa, é possível inferir sobre a importância que o profissional formado “[...] se caracterize, em primeiro lugar, pela capacidade de pôr as pessoas antes das coisas” (CAPORAL, 2009, p. 122). Nessa linha de formação predomina a relação dialógica de construção do conhecimento entre o extensionista e o agricultor. O agricultor passa a ser um sujeito na construção do conhecimento e não um mero receptor. Os conhecimentos adquiridos ao longo de sua existência, no trabalho com a agricultura são considerados nessa construção e cabe ao extensionista saber mediar esse processo e buscar soluções sustentáveis considerando a realidade local.

No entanto, as formas como os componentes curriculares tradicionalmente são organizadas, em “compartimentos”, dificulta a interdisciplinaridade e conseqüentemente a visão da realidade de forma holística pelo estudante e posteriormente, pelo profissional formado, “[a] tendência dos futuros profissionais é a de reproduzir o que vivenciam no decorrer da sua formação e desconsiderar os aspectos sociais” (FACCO, DISKA, GUSTAVO, 2021, p. 824).

Noutra direção, para Santos (2014), não há uma legislação específica para o ensino agrícola. Para esse autor, os documentos jurídicos que tratam sobre o ensino profissional técnico e médio deixam de lado as especificidades da atividade rural. De acordo com este autor, a Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012, do Ministério da Educação, que definiu as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio (BRASIL, 2012), não trata das especificidades dos cursos Técnicos em Agropecuária, ainda assim, a resolução menciona a importância de considerar as questões territoriais, culturais e sociais do meio em que os estudantes estão envolvidos (SANTOS, 2014). A formação do Técnico em Agropecuária não corresponde as múltiplas necessidades do seu campo de trabalho. Além do aumento da carga horária e de mudanças nas ementas dos componentes curriculares, na opinião do autor, também é necessário maior contato dos

estudantes com o campo teórico e empírico.

No ano de 2012 ocorreu na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) a I Jornada de Ensino em Extensão Rural, na qual se discutiu a crise do componente curricular Extensão Rural no processo de formação de profissionais voltados para a área de ciências agrárias no Brasil. Nesse evento, algumas ações foram propostas, entre elas: mudanças nos currículos e projetos pedagógicos; articulação dos currículos dos cursos técnicos e de graduação responsáveis pela formação dos profissionais de Ater; processo de formação continuada; utilização de metodologias participativas; uso da pedagogia da alternância (SANTOS, 2014).

Mais especificamente, com relação à formação do Técnico em Agropecuária, Santos (2014) ressalta que:

Fica evidente que esse profissional desempenha uma importante função dentro do universo da extensão rural, devendo sua formação levar em conta o conhecimento dos processos e da realidade do meio, tendo em vista a necessidade de uma ação que promova mudanças e melhoria da qualidade de vida, não apenas do/a agricultor/a assistido/a, mas do próprio profissional que gere ou execute essas atividades (SANTOS, 2014, p. 57).

No entanto, a ausência de diretrizes mais consistentes pode ocasionar a formação de cursos voltados somente aos interesses mercantis. Sendo os interesses dos cursos voltados apenas aos aspectos mercantis, o profissional formado reproduz em sua atuação profissional os princípios da modernização da agricultura, com o uso intensivo de insumos e maquinários, perpetuando assim o ciclo de uma economia calcada apenas nos interesses de mercado, desconsiderando as desigualdades sociais e os limites dos recursos naturais.

3. Percorso metodológico

Considerando seu propósito, este estudo se caracteriza como pesquisa de natureza básica que, para Prodanov e Freitas (2013, p. 51), “[...] objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais”. Foi produzido a partir de uma abordagem qualitativa e dialética, seguindo a orientação de Minayo (2002, p. 21), ou seja:

a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Quanto aos seus objetivos, pode ser classificada como exploratória e descritiva, ou

seja, busca apresentar a temática, com o objetivo de torná-la mais compreensível e, também, apresentar uma descrição mais detalhada de suas características (GIL, 2008).

Contou com pesquisa bibliográfica, conforme sugerem Marconi e Lakatos (2010), que teve a finalidade de colocar os pesquisadores em contato direto com a produção acadêmica sobre o tema. Para isso foram utilizadas obras de autores como Freire (1977), Minayo (2002), Fonseca (2002), Gil (2008), Peixoto (2008), Callou et al. (2008), Gomes (2008), Caporal (2009), Deponti (2010), Marconi e Lakatos (2010), Prodanov e Freitas (2013), Santos (2014), Caetano (2017), Silva, Pinto e Balem (2019), Moraes e Galiazzi (2020), Caldas e Anjos (2021), Facco, Diska e Gustavo (2021), Oliveira et al. (2022), entre outros.

Também foi realizada análise documental que é um tipo de pesquisa que utiliza fontes primárias, isto é, dados e informações que ainda não foram tratados científica ou analiticamente, recorrendo:

a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Além disso, foi realizada pesquisa de campo envolvida por estudo de caso, compreendido enquanto “[...] uma estratégia para pesquisa empírica empregada para a investigação de um fenômeno contemporâneo, em seu contexto real, possibilitando a explicação de ligações causais de situações singulares” (GOMES, 2008, p. 04).

Foram envolvidos os estudantes do Curso Técnico em Agropecuária da Escola Municipal de Educação Básica Lauro Ribeiro de Jaguarão, RS, que já cursaram o componente curricular de Extensão Rural. Esses estudantes frequentam atualmente o 5º semestre, visto que a seleção de ingresso é anual e componente curricular faz parte da matriz do 3º semestre.

Do total de 10 estudantes da turma do 5º semestre, 9 estavam presentes no dia da coleta de dados e todos aceitaram responder ao questionário, tornando-se assim, respondentes da pesquisa. A recolha dos dados foi realizada por meio da aplicação de um questionário contendo vinte e uma perguntas abertas voltadas para o propósito da investigação em que o estudante foi convidado livremente para respondê-las. Para tanto foram considerados os aspectos éticos da pesquisa com seres humanos com o uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, seguindo a legislação vigente.

Para análise desses dados de forma qualitativa, foi tomada como referência a Análise Textual Discursiva (ATD) sugerida por Moraes e Galiazzi (2020), que, conforme os autores, quando inserida no movimento da pesquisa qualitativa tem como intenção compreender e reconstruir conhecimentos existentes sobre o tema investigado. Ainda de acordo com esses autores, novos conhecimentos são gerados a partir da desconstrução e unitarização dos textos, da categorização dos elementos e da comunicação de uma nova compreensão.

4. Escola Municipal de Educação Básica Lauro Ribeiro e o curso Técnico em Agropecuária

A Escola Municipal de Educação Básica Lauro Ribeiro está localizada no município de Jaguarão, no sul do Estado do RS, que fica na divisa com o Uruguai, na Localidade Bretanhas, situada em uma propriedade rural particular e administrada pelo município de Jaguarão, a uma distância de 40 km da sede do município.

A Escola inicialmente denominava-se Escola Municipal Canto e Mello e correspondia a uma escola rural que oferecia as séries iniciais do Ensino Fundamental. No ano de 1988, por meio de demanda do Sr. Lauro Ribeiro, proprietário da Granja onde até hoje se localiza a escola, implantou-se o Ensino Fundamental completo, Ensino Médio e o Curso Técnico em Agropecuária (CAETANO, 2017).

Até meadas de 1990 o Curso Técnico em Agropecuária era oferecido em período integral (manhã e tarde), no período da manhã eram ministradas aulas teóricas e à tarde ocorriam ações práticas. No ano de 2003 o curso passou a funcionar de forma concomitante e subsequente ao Ensino Médio (CAETANO, 2017).

A escola forma turmas de Técnicos em Agropecuária todos os anos. Em média, 40 estudantes ingressam anualmente no curso. O curso tem duração de três anos, está dividido em seis semestres e conta com quarenta e três componentes curriculares e estágio obrigatório, realizado no último semestre.

4.1. Os estudantes da Escola Municipal de Educação Básica Lauro Ribeiro e o Curso Técnico em Agropecuária

Os nove estudantes envolvidos neste trabalho de pesquisa têm entre dezoito e vinte e três anos, sendo quatro homens e cinco mulheres. Apenas um dos estudantes da turma do 5º semestre não respondeu o questionário, por não estar presente no dia da pesquisa. Esse número nos mostra um grande índice de evasão, uma vez que a média de ingressos no curso chega a quarenta estudantes.

Com relação ao local de residência, a maior parte dos estudantes reside no contexto urbano, fato que chama atenção, por ser um curso destinado à formação de profissionais para atuar nas lidas do campo. Quando questionados sobre a profissão dos pais, cinco respondentes relataram atividades que não são ligadas ao meio rural, enquanto três são filhos de pecuaristas familiares e um de técnico agrícola.

Quanto a motivação para cursar o Técnico em Agropecuária, a maior parte dos estudantes relatou que a escolha se deu por gostar da área rural e das questões que envolvem o meio, além da expectativa de cursar um curso superior na mesma área do Técnico Agropecuário, tais como Agronomia e Medicina Veterinária. O respondente 01, por exemplo, relata que: “[...] sempre morei na zona rural, e sempre quis aprender mais sobre os animais e também sobre o ramo da agricultura”. Nesse sentido, Santos (2014) apresenta contribuição interessante quando destaca que o curso técnico muitas vezes funciona como substituto temporário para o ensino superior.

4.2. O componente curricular Extensão Rural

O componente curricular de Extensão Rural tem carga horária de 54 horas/aula e, considerando a ementa, desenvolve competências relacionadas com os fundamentos da Extensão Rural e da utilização de métodos e recursos para promover o desenvolvimento agropecuário. As bases tecnológicas são: conceito, histórico, objetivos, características da extensão rural e as diversas metodologias de extensão rural.

Nas questões específicas a essa análise, questionamos os estudantes sobre o entendimento do que é a extensão rural, sendo este o principal tema tratado no componente curricular. As respostas demonstraram que, de forma geral, não há uma compreensão definida sobre o conceito. A maioria das respostas não condiz com o conceito de Extensão Rural: “[...] extensão rural é uma extensão de terra” (Estudante 09); “[...] é tudo que envolve a Zona Rural” (Estudante 08). Esse resultado é preocupante, uma vez que a compreensão do conceito é condição mínima para atuação do futuro profissional.

Quanto à importância do componente curricular de Extensão Rural na formação do Técnico em Agropecuária, os estudantes atribuíram um peso de 01 a 10, sendo 01 o mínimo e 10 o máximo. As respostas variaram de 05 a 10, sendo que quatro respondentes atribuíram nota 10 e dois a nota 05. Esse dado reforça a constatação de Caporal (2009) de que o componente curricular Extensão Rural costuma receber menor importância em relação aos demais componentes curriculares que fazem parte da formação do extensionista. Santos

(2014) faz uma consideração importante sobre a ausência ou baixa importância dada ao componente curricular Extensão Rural na formação do Técnico em Agropecuária:

[...] se o governo federal prevê, através do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, que um dos campos de atuação do egresso do Técnico em Agropecuária seja o trabalho em empresas de pesquisa e Assistência Técnica e Extensão Rural, nos parece grave a ausência de conhecimento sobre esse campo na formação do técnico, pois o mesmo pode vir a se deparar com essas questões no seu cotidiano profissional, não possuindo base teórica ou prática para executar tais funções (SANTOS, 2014, p. 85).

Sobre as atividades desenvolvidas no componente curricular Extensão Rural, os respondentes relataram não terem visto nenhuma nas áreas técnicas, sociais e ambientais, com exceção de um estudante que diz ter tido atividades nas áreas técnicas e ambientais, mas não na área social. No entanto, com relação ao enfoque do componente curricular, os relatos apontaram que foi maior na área técnica, seguido pela área ambiental e após, a social. Vale destacar que esses estudantes não realizaram atividades práticas no citado componente curricular, pois cursaram a mesma de forma *on-line*, devido ao contexto da pandemia da Covid-19 que, entre outras medidas de restrições, foi adotado o distanciamento social.

Para o enfrentamento da pandemia da Covid-19 foram adotadas medidas de contenção que

[...] culminaram em acentuadas mudanças na rotina da população de modo geral e nela, dos estudantes e professores da educação básica. O isolamento, que demandou a suspensão das atividades presenciais, levou os estudantes e professores da educação básica da modalidade presencial a utilizar o regime de exercícios domiciliares especiais como forma de manter as atividades acadêmicas a distância durante o período em que a quarentena foi mantida (KUNH; VIEIRA; TRENTIN; VIEIRA, 2022, p. 124).

Diante deste cenário, a educação profissional e tecnológica e nela, o curso Técnico em Agropecuária, enfrentou um de seus maiores desafios tendo em vista que se trata de uma modalidade de ensino em que as atividades práticas são consideradas indispensáveis para o desenvolvimento de habilidades e saberes. No entanto, após um curto período de planejamento e com as aulas suspensas, “as instituições e órgãos educacionais do mundo todo passaram a procurar e adotar experiências de aprendizado remoto, mais dinâmicas, efetivas e condizentes com a modalidade de educação a distância, utilizando principalmente TDICs” (KUNH; VIEIRA; TRENTIN; VIEIRA, 2022, p. 124).

Atualmente, após ter passado o período mais crítico desta pandemia, é possível afirmar que a educação remota foi uma ação produzida de forma aligeirada com as condições objetivas e subjetivas existentes, considerando a urgência em manter a educação básica funcionando perante as condições sanitárias definidas. Parece ainda prematuro avaliar as medidas que foram adotadas e os impactos na formação profissional sem a possibilidade do desenvolvimento aulas práticas. Esses impactos podem ser analisados e avaliados em outros estudos envolvendo percepções de egressos de cursos profissionalizantes que aparentemente tiveram uma defasagem em suas formações.

Com relação à importância do componente curricular na futura vida profissional dos Técnicos em Agropecuária, as respostas foram variadas. Enquanto alguns relataram que não teve importância nenhuma, outros descreveram como muito importante, como pode ser visto neste excerto: “[...] acredito que a disciplina tem sua importância por estar ligada com todas as atividades do trabalho na Zona Rural” (Estudante 03).

Por fim, e não menos importante, os respondentes foram questionados com mais duas perguntas que aparentemente não mantêm relação com o propósito deste estudo que diz respeito às expectativas profissionais futuras (depois de formado) e o nível de satisfação com o curso que estão frequentando. Tais perguntas foram incluídas neste estudo com a finalidade de verificar quais as perspectivas desses estudantes atuarem com a extensão rural depois de concluído o curso, assim como perceber a existência de percalços no processo de sua formação como Técnico em Agropecuária e se nesses percalços está contemplada a formação como extensionista rural.

Quanto às pretensões de trabalho ao término do curso, dois respondentes relataram que pretendem trabalhar na área da pecuária, outros dois ainda não definiram o que farão ao término do curso, quatro pretendem trabalhar na área da agricultura e um na propriedade dos pais, que trabalham com agricultura. Sobre as pretensões de cursar um curso de graduação, três dos respondentes demonstraram que não pretendem cursar graduação, dois pretendem cursar Veterinária, três Agronomia e um o curso de Educação Física. Esses dados não revelam anseios dos respondentes em atuar na extensão rural, mesmo tendo um certo incitamento pois o questionário abordava a temática extensão rural.

Já quando indagados sobre o nível de satisfação com o curso que frequentam, os estudantes afirmaram estar satisfeitos com o andamento do curso, apontando apenas a necessidade de mais atividades práticas, consideradas como fundamentais para o

desempenho da função de extensionista.

5. Considerações finais

Esta pesquisa teve o objetivo de analisar a percepção dos estudantes sobre as contribuições do componente curricular Extensão Rural para a formação profissional no curso Técnico em Agropecuária da Escola Municipal de Educação Básica Lauro Ribeiro de Jaguarão, RS. Para atender ao objetivo da pesquisa foram aplicados questionários aos futuros egressos do referido curso, que já cursaram o componente curricular Extensão Rural.

Os estudantes compreendem que o componente curricular Extensão Rural apresenta importância mediana na sua formação, uma vez que a nota média atribuída a essa importância foi 05, para notas de 01 a 10. A visão que os estudantes possuem da extensão rural confirma que não há um entendimento claro sobre o tema, que muitas vezes é confundido com assistência técnica. A ementa do componente curricular disponível no projeto pedagógico do curso, no entanto, prevê discussões sobre objetivos e características da extensão rural e tem como objetivo, métodos e recursos que promovam o desenvolvimento agropecuário.

O relato de falta de atividades envolvendo os múltiplos aspectos que englobam o componente curricular Extensão Rural, tais como aspectos sociais, ambientais, econômicos, entre outros pode ser um dos fatores explicativos para a limitação apresentada acima, uma vez que as atividades práticas permitem ao estudante a aproximação com a atividade profissional, o que os estimula a conhecer e refletir sobre a extensão rural, bem como a importância do componente curricular Extensão Rural na sua vida profissional como Técnico em Agropecuária.

Percebeu-se também que a ementa do componente curricular prevê um modelo de educação que pauta pela formação voltada para as dinâmicas sociais do ambiente rural e não apenas a transferência tecnológica.

Com base na literatura sobre extensão rural envolvida neste estudo e nas reflexões que as análises do resultado da pesquisa proporcionaram, compreendeu-se que a formação do Técnico em Agropecuária demanda, além de uma maior ligação entre teoria e prática no seu processo de formação, uma releitura sobre a estrutura do ensino, que permita a discussão sobre o papel do extensionista rural no processo do desenvolvimento rural.

Por fim, vale salientar que este estudo não é um fim, mas um caminho para se refletir sobre as contribuições do componente curricular Extensão Rural na formação profissional do Técnico em Agropecuária. Percebemos que há outras possibilidades de continuidade e aprofundamento deste trabalho, como por exemplo a análise, por meio de investigação empírica envolvendo egressos que frequentaram o curso Técnico em Agropecuária e que estão trabalhando com atividades extensionistas, abordando seus posicionamentos diante da formação que tiveram e sobre a importância do componente curricular Extensão Rural como meio capaz de promover desenvolvimento rural sustentável.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução Nº 6**, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 05 set. 2022.
- CAETANO, C. B. **O Papel do Técnico Agrícola como um Educador Ambiental**. 2017. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Pampa, 2017.
- CALDAS, N. V.; ANJOS, F. S. **Extensão Rural [recurso eletrônico]: Um manual para alunos de graduação**. Pelotas: Ed. UFPel, 2021. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/7100>. Acesso em: 28 mar. 2023.
- CALLOU, A. B. F.; PIRES, M. L. L. E. S.; LEITÃO, M. R. F. A.; TAUK SANTOS, M. O Estado da arte do ensino da extensão rural no Brasil. **Revista Extensão Rural**, DEAER/PPGExR – CCR, UFSM, ano XV, nº 16, Jul/Dez, 2008. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/extensaorural/art4ed16.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2022.
- CAPORAL, F. R. **Extensão Rural e Agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível**, Brasília, 2009.
- DEPONTI, C. M. **Intervenção para o Desenvolvimento Rural: O caso da extensão rural pública do Rio Grande do Sul**. 2010. 275 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- FACCO, H. S.; DISKA, N. M.; GUSTAVO, P. S. As vivências como metodologia de ensino da extensão rural: a aproximação entre estudantes e agricultores para a compreensão da realidade social. **Rev. bras. Estud. pedagog.**, Brasília, v. 102, n. 262, p. 821-838, set./dez. 2021. Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/4531>. Acesso em: 25 abr. 2022.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 173 p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, A. A. Estudo de Caso - Planejamento e Métodos. **Nuances**: estudos sobre Educação. Presidente Prudente, SP, ano XIV, v. 15, n. 16, 2008.

KUHN, A. S.; VIEIRA, J. A.; TRENTIN, L. P.; VIEIRA, M. M. M. Estudantes da educação básica diante da pandemia da Covid-19: utilização das TDICs e a experiência de ensino remoto. **Vivências**, v. 19, n. 38, p. 117-128, 1 jan. 2023. Disponível em: <http://revistas.uri.br/index.php/vivencias/article/view/846>. Acesso em: 29 mar. 2023.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise textual discursiva**. 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2020.

OLIVEIRA, E. et al. Extensão rural e formação técnica no curso técnico em agropecuária da escola família agrícola de Jaguaré - Espírito Santo. **Kiri-kerê: Pesquisa em Ensino, Dossiê n.4, Vol. 3, dez. 2020**. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/kirikere/article/view/33136>. Acesso em: 24 jun. 2022.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil** – uma abordagem histórica da legislação. Senado Federal, Brasília, DF, 2008. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>. Acesso em: 22 abr. 2022.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, M. A. G. **A formação do técnico agrícola em extensão rural para a agricultura familiar – Pernambuco**. 2014. 126 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) Departamento de Educação, Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2014. Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/bitstream/tede2/5538/2/Marco%20Antonio%20Gomes%20dos%20Santos.pdf> . Acesso em: 18 abr. 2022.

SILVA, G. P.; PINTO, C.; BALEM, T. A. Formação profissional e elementos da Nova Ater: um estudo com educandos do curso Técnico em Agropecuária. **Cadernos de Educação**. Pelotas, v. 51, n. 22, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/6240>. Acesso em: 26 abr. 2022.

Sobre os autores

Monica Nardini da Silva

Possui graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (2007) e Especialização em Gestão de Negócios em Cooperativas pela Universidade de Passo Fundo (2009). Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais pela Universidade Federal de Pelotas. Doutorado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento rural, cooperativismo, agricultura familiar e extensão rural.

E-mail: moninardini@yahoo.com.br Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-9621-6698>

Roberta Pasquali

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2013). Mestre em Ciências da Computação pela Universidade Federal de Santa Catarina (2002). Bacharel em Ciência da Computação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (1999). Atualmente é professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - Campus Chapecó e do Coordenadora do Programa de Pós-Graduação - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT - IA - IFSC.

E-mail: roberta.pasquali@ifsc.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8293-033X>

Josimar de Aparecido Vieira

Doutor em Educação pela PUCRS. Mestre em Educação pela UPF. Licenciado em Pedagogia pela Unochapecó. Atualmente é Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da área de Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - Campus Sertão. É professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do IFRS – Campus Porto Alegre.

E-mail: josimar.vieira@sertao.ifrs.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3156-8590>

Recebido em: 10/09/2022

Aceito para publicação em: 25/03/2023